

Gestão Financeira das Mpe's em Caratinga/mg

Rock Kleyber da Silva Brandão
rock.brandao@ig.com.br
Doctum

Flávia Rodrigues de Souza
fflaviarodriguess@gmail.com
Doctum

Lindomar Batista Ferreira
alianca.contabil2007@hotmail.com
Doctum

Lucas Moreira de Oliveira
lucas_16-02@hotmail.com
Doctum

Gisele Cristina Vieira
gisacv@hotmail.com
Doctum

Resumo: O objetivo desta pesquisa é verificar utilização de instrumentos financeiros por MPE's. Selecionou-se uma amostra de 497 MPE's do segmento de comércio e serviços de Caratinga/MG, correspondente a 26,88% do universo pesquisado. Aplicado questionário para analisar conhecimento, importância e utilização de técnicas financeiras, constatou-se: 98,8% precisam melhorar a área financeira; 80,5% declararam não conhecer os instrumentos financeiros; a 76,3% falta pessoal qualificado para analisar as informações gerenciais. Das que adotam instrumentos financeiros, 84,5% precisam melhorar o uso do fluxo de caixa e 84,1% a gestão do capital de giro. Os instrumentos mais conhecidos foram contas a receber; a pagar; controle bancário; caixa diário e o controle de estoques, sendo os mais utilizados: contas a receber; a pagar; controle bancário e caixa diário. Concluiu-se que as MPE's pesquisadas restringem sua preocupação na gestão de tesouraria, usando instrumentos financeiros relacionados ao pacote básico de gestão de capital de giro.

Palavras Chave: MPE's - eficiência gerencial - sobrevivência - gestão financeira - processo decisório

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos 20 anos, principalmente na década de 1990, o crescimento da competitividade global e a inserção do Brasil no processo de globalização ampliaram, de forma significativa, o dinamismo da economia brasileira e expuseram nossas empresas à concorrência externa, compelindo-as a se comprometerem com a chamada competitividade empresarial.

Nesse ambiente de alta competitividade, as mudanças se processam com espantosa velocidade, tendo a informática como sua mola propulsora e o conhecimento como principal fonte geradora de riqueza. Como o conhecimento está disponível praticamente a todos, a agilidade de sua utilização passa a se constituir um fator de maior relevância na disputa pelo mercado.

A busca do conhecimento amplo requer espírito inovador e empreendedor. Há necessidade de mudanças; sejam elas de conceitos, de formas, de processos e de resultados. Tudo isso torna a tarefa empresarial um desafio cada vez maior, em que a conquista da satisfação envolve riscos crescentes, que só podem ser minimizados através do conhecimento cada vez mais profundo dos negócios e do ambiente como um todo.

Nesse contexto, as empresas vêm sendo forçadas a se adaptarem e reverem suas estratégias competitivas e modelos de gestão. De uma forma muito especial, essa realidade se aplica às micro e pequenas empresas (MPE's) brasileiras, escolhidas como alvo deste presente estudo devido à sua importância no cenário econômico.

Por essa razão é tão importante o desenvolvimento de estudos científicos que possam orientar este setor crucial da economia nacional e internacional. "Todo e qualquer trabalho embasado numa pesquisa, que tenha como objetivo conhecer melhor a realidade das pequenas e médias empresas, justifica-se por si só, pois a carência de informações nesta área é inversamente proporcional à sua importância na economia nacional e regional" (BORTOLI, 1980, p. 4).

Durante a pesquisa bibliográfica, constatou-se haver escassez de produções acadêmicas voltadas para as MPE's. Essa dificuldade, enfrentada por esta pesquisa, também foi encontrada por diversos autores, tais Monte Carmelo & Schoeps, que em 1968 já denunciavam a ausência de publicações como sendo uma das mais graves deficiências da literatura especializada, ou seja, que faltavam informações sobre as práticas administrativas das empresas brasileiras. Verificou-se, assim, que esses autores, no final da década de 60, já destacavam que as MPE's não poderiam ser ignoradas nem em salas de aula, nem na literatura especializada, nem pelas pessoas e entidades ligadas à vida econômica do país.

Cabido (1996), Menezes (1999) e Pinto (2000) destacam as dificuldades em localizar dados estatísticos ou informações separadas sobre as MPE's por falta de literatura sobre administração nessas organizações. Além desses, Matias & Júnior (2002) também destacam a falta de bibliografia sobre administração financeira nas MPE's, apontando a preocupação das universidades com as grandes empresas como causa para este fato.

A constatação de carências na área de capacitação em gestão empresarial para os empresários de micro e pequena empresa motivou este presente estudo, principalmente quanto à administração financeira, uma vez que a carência de recursos financeiros talvez seja a principal dificuldade de pequenos empreendimentos.

Assim, a utilização dos instrumentos gerenciais para administração financeira de pequenos negócios é um tema que precisa ser investigado para que procedimentos

administrativos de gestão sejam não somente compreendidos, mas adequadamente divulgados e adotados por administradores de MPE's.

Tendo em vista o exposto, ficou definido como objetivo geral da pesquisa identificar quais os instrumentos de gestão financeira são utilizados por micro e pequenos empresários para a tomada de decisão, delimitando a investigação ao âmbito da cidade de Caratinga – MG.

2. CONHECENDO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Os pequenos empreendimentos sempre estiveram presentes, tanto no ambiente econômico nacional quanto no mundial, produzindo emprego e renda para a população. Muitas empresas de grande porte começaram sua história a partir de pequenos empreendimentos, que propiciaram a seus administradores, empresários e executivos, oportunidade para o desenvolvimento de seu potencial administrativo, sem contar a importância dos empregos que criaram, das oportunidades que geraram, inclusive de crescimento das cidades e realização de sonhos e desejos humanos. Conforme ressalta Kassai (1997, p. 41), as MPE's são o "Nascedouro de grandes empresas, laboratório de empresários e executivos, geradoras de empregos e oportunidades, realização de sonhos".

O capitalismo moderno teve início com a pequena empresa, crescendo a partir de negociantes que, acompanhados dos seus servos, viajavam pelo interior de seus países vendendo mercadorias para a nobreza. Essas empresas acabaram se tornando um dos principais alicerces do desenvolvimento econômico das nações industrializadas dos nossos dias (SOLOMON, 1986).

A partir do início da década de 90, os empreendedores passaram a se preocupar com o planejamento dos novos negócios e com a realização de estudos de viabilidade econômica. Entretanto, com o aumento da concorrência devido à abertura dos mercados e da saturação de diversos segmentos econômicos, o índice de mortalidade ainda permanecia alto (RESNIK, 1991).

Atualmente, há uma tendência mundial em direcionar as políticas de investimento para as MPE's, sendo um bom exemplo as chamadas incubadoras de MPE's. A perspectiva do fortalecimento da pequena empresa tem sido, nos últimos anos, uma constante em praticamente todas as políticas econômicas mundiais (PINHEIRO, 1996).

No mundo, essas empresas representam cerca de 60% do PIB (Produto Interno Bruto) de todos os países, e são responsáveis por igual percentagem de empregos (BRASIL, 1997). Uma sondagem realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE (1999) demonstrou que essas empresas representam 95% do total dos estabelecimentos industriais, 98% dos comerciais e 99% dos estabelecimentos do segmento de serviços. Diante de sua importância, são preocupantes as estatísticas sobre o ciclo de vida dessas empresas, realidade que precisa ser mais bem compreendida e modificada, através da aplicação de conhecimentos gerados por pesquisas. Daí ser fundamental e estratégica a produção de literatura científica sobre as MPE's.

Esse segmento de empresas tem-se tornado fator básico para o fortalecimento econômico nacional e o preenchimento de uma importante lacuna social, que é a absorção de mão-de-obra. Assim, a experiência internacional vem demonstrando aos países em desenvolvimento a necessidade de planos globais para o crescimento sustentado das MPE's.

Este segmento vem desempenhando um relevante papel social, mostrando-se capaz de absorver grande quantidade de mão-de-obra, gerando renda e contribuindo para o aumento da arrecadação fiscal (RATTNER, 1984; CHÉR, 1991).

Conforme Santos (1999, p. 152), os dados provenientes da avaliação do BIDE – Banco Interamericano de Desenvolvimento indicam que existiam, na América Latina, em 1996, cerca de 50 milhões de micro, pequenas e médias empresas. Essas empresas geravam 150 milhões de empregos na região, o equivalente a 80% da população economicamente ativa, contribuindo com 40% do produto bruto regional.

Contudo, tanto no Brasil quanto no mundo, pode ser constatado um alto índice de mortalidade de empresas desse porte. Segundo Brasil (1997), analisando o contexto mundial, nos primeiros três anos de vida dessas empresas, cerca de 90 a 95%, ou até mais, “desaparecem do mapa”. Já no contexto nacional, as estatísticas revelam que 56% das organizações de micro e pequeno porte desaparecem com até três anos de atividade (SEBRAE, 1999).

O volume de recursos perdidos em empreendimentos mal sucedidos compromete a economia de vários povos, principalmente a brasileira, pois esses recursos são de extrema importância para o País, que tem buscado se desenvolver e gerar empregos para um contingente grande de mão-de-obra pouco qualificada.

Especificamente no Estado de Minas Gerais, segundo o SEBRAE-MG (1998), no período de 1995 a 1997, 36% das MPE’s morreram ou desapareceram antes de completar o primeiro ano de funcionamento e 47% morreram antes do segundo ano, sendo que mais de 90% não completam os cinco anos de existência.

Para Chér (1991), um ponto que mantém relação direta com o insucesso das MPE’s é a falta de competência administrativa. Destaca também a falta crônica de recursos financeiros, que leva a empresa a não se adequar em capacidade produtiva das instalações, a não dispor de giro para financiar seus estoques, produção e vendas, a não cumprir suas obrigações tributárias e até a perder crédito na praça pelo não cumprimento dos seus compromissos financeiros.

Longenecker, Moore e Petty (1997, p. 420) constatarem que os problemas referentes às fraquezas das MPE’s é a falta de eficiência gerencial, apesar de várias dessas empresas lutarem para serem lucrativas e sobreviver a cada dia ou mês. Na melhor das hipóteses, afirmam eles, essas empresas “rendem apenas uma quantia insignificante para seus proprietários”. Então, concluem que as MPE’s são gerenciadas pelos seus proprietários de forma inadequada, daí sua vulnerabilidade.

Para Olinquevitch (1982), o fato dos administradores das MPE’s estarem sempre envolvidos com um volume exagerado de pequenos problemas impossibilita-os de elaborar sistemas gerenciais eficientes e atualizados.

Quanto à gestão das MPE’s, Kassai (1996) destaca que elas possuem características diferenciadas em relação às grandes empresas e que possuem problemas de gestão específicos. Pinheiro (1996, p. 6), por sua vez, propõe-se a examinar a gestão e o desempenho das MPE’s, a fim de analisar a relação entre a abordagem gerencial utilizada para as empresas de pequeno porte e o seu nível de desempenho.

O autor mencionado ainda relata que as causas conhecidas e vitais à sobrevivência no mundo dos negócios são relegadas e desconsideradas nas MPE’s, comprometendo a capacidade gerencial dessas pequenas empresas, o que é um fator altamente influente e, até mesmo, impeditivo ao crescimento e desenvolvimento dessas organizações.

A prática do gerenciamento das MPE’s é ainda muito rudimentar e demonstra uma alta fragilidade estrutural, tornando-se barreira que pode contribuir para o desempenho restrito das mesmas. Constata-se também que estudiosos das MPE’s como Bortoli Neto (1980);

Cavalcanti (1986); Almeida (1994); Kassai (1996); e Pinheiro (1996) são unânimes em afirmar que as MPE's necessitam de uma administração profissional, porém de forma simplificada.

2.1 GESTÃO FINANCEIRA NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

A solução para o problema de mortalidade das MPE's parece passar necessariamente pela aquisição e gestão estratégica de conhecimentos e informações, entretanto, o ensino tradicional de administração financeira tem um forte enfoque teórico e, assim, tende a se divorciar da realidade empresarial, principalmente daquela vivenciada pelas MPE's brasileiras.

A administração financeira tem como escopo fundamental munir empresários e gerentes de informações de natureza financeiro-econômicas, de forma a auxiliar os seus usuários no processo de tomada de decisões. O sucesso, ou não, de qualquer empreendimento depende das decisões que os empresários tomam a cada momento, quando, frente às diversidades, tornam-se necessários instrumentos que os apoiem no processo decisório (CABIDO, 1996).

O papel da administração financeira nas MPE's, como já foi discutido, é fator essencial para a sobrevivência destas empresas, fato também apontado por Matias & Júnior (2002), que ressaltam como causa de grande parte dos fracassos das pequenas empresas a má administração. Para eles, a administração financeira é justamente a área na qual ocorre o insucesso dessas empresas, talvez porque todas as áreas da empresa estejam intimamente ligadas a finanças, tais como marketing, produção e recursos humanos. O capital é condição imprescindível para serem atendidas as necessidades da empresa, seja o financiamento de seu crescimento, viabilização de operações do seu dia-a-dia, desenvolvimento e teste de novos produtos, criação de ações de marketing, compra de matéria-prima – basicamente tudo o que significa manutenção ou crescimento da estrutura atual.

A esse respeito, Gitman (1997), ressalta o importante papel do administrador financeiro para garantir que o capital encontra-se disponível na quantidade apropriada, no período certo e ao menor custo. A administração financeira passa a ter fundamental relevância, principalmente nas MPE's, onde não há domínio técnico pertinente à área de finanças empresariais.

“Uma das causas dos desastres com pequenas empresas é não manter os registros e controles contábeis apropriados, precisos e atualizados – e não usá-los para administrar a empresa” (RESNIK, 1991, p. 136). Esse autor ainda enfatiza a falta de um sistema eficaz de contabilidade como sendo um problema administrativo. Na ausência de registros e controles financeiros, não se consegue arrumar a empresa.

Longenecker; Moore e Petty (1997) e Lambden & Targett (1990, p. 101-129) expressam seu pensamento sobre a administração financeira nas MPE's, tratando das dificuldades que os empreendedores terão nesta área: “Todos os pequenos empresários deveriam saber que a grande maioria das pequenas empresas fracassa por falta de caixa. Entretanto, a maioria desses pequenos empresários talvez não se dê conta de que a maioria desses fracassos ocorreu apesar de a empresa estar operando com lucro”.

Pinheiro (1996, p. 136) cita alguns critérios classificatórios, e as dificuldades que, em geral, mais afligem as organizações de pequeno porte na área de finanças:

- **capital:** limitação de recursos próprios e dificuldades de previsão e obtenção de financiamento de terceiros;

- **caixa:** determinação de fluxos de caixa que permitam a manutenção das disponibilidades necessárias ao giro da empresa;
- **faturamento:** fixação de critérios e análises de concessão de créditos a clientes e manutenção de sistema de cobrança das vendas a prazo;
- **contabilidade:** organização de sistema de contabilidade que faculte controle informacional e fiscal das operações mercantis.

Tachizawa e Faria (2002, p. 195-196) apontam uma pesquisa do SEBRAE (1999), destacando que, na questão financeira, a falta de capital de giro é a principal dificuldade encontrada pelos dirigentes das micro e pequenas empresas na gestão de suas atividades empresariais.

Esse não uso de instrumentos financeiros pelos pequenos empresários é evidenciado por Brealey e Myers (1992), que salientam que um plano financeiro é rudimentar, menos pormenorizado e geralmente não documentado em uma empresa de menor porte, sempre ficando totalmente na cabeça do gestor.

Segundo Kassai (1996), a importância do estudo da gestão financeira das pequenas empresas se deve à criação de uma proposta para fornecer alguns instrumentos simplificados, que possam auxiliar no processo de tomada de decisão desses empreendedores.

Weston e Brigham (2000, p. 102) ressaltam que “embora as pequenas empresas contribuam vitalmente para a saúde financeira norte-americana, elas são em si muitas vezes frágeis e suscetíveis ao fracasso devido à gestão de má qualidade, particularmente a gestão financeira”.

A gestão financeira não deve nem pode ser realizada de maneira amadora no meio empresarial, ainda que as empresas sejam de pequeno porte. Brandão (2004), ao tratar de aspectos da informação financeira, enfatiza a relevância dos instrumentos financeiros para o administrador das MPE's.

Administrar as finanças é uma tarefa que pode ser complexa e tornar-se simples à medida que se tem conhecimento das técnicas financeiras, levando quem as utiliza a tomar decisões estratégicas visando o crescimento e a solidez de uma empresa. Para que o pequeno empresário alcance tal ponto, precisa conhecer e adaptar-se às técnicas e modelos que compõem a área financeira.

3. METODOLOGIA

O universo da pesquisa foi restringido aos estabelecimentos comerciais e de serviços. A população amostrada refere-se a 497 empresas dos segmentos de serviço e comércio em geral, consideradas de micro e pequeno porte. Este número corresponde a 26,88% do universo das MPE's na cidade de Caratinga – MG.

Para a coleta dos dados, foram utilizados questionários estruturados, que tiveram como objetivo identificar principalmente quais os instrumentos de gestão financeira são utilizados pelos micro e pequenos empresários para a tomada de decisão naquela cidade. O questionário contou com questões abertas e fechadas, de conteúdo abrangendo os vários instrumentos de gestão financeira considerados úteis ao processo decisório, segundo apontado pela pesquisa bibliográfica empreendida. Procurou-se descobrir se os micro e pequenos empresários conhecem e utilizam algum desses instrumentos ou qual o critério utilizado na tomada de decisão. Também se procurou verificar quais instrumentos, na visão dos micro e pequenos empresários, são considerados prioritários para o sucesso do negócio.

Para definir as empresas como micro e pequenas, foi utilizada a classificação do Sebrae Nacional, que adota como critério para determinar o tamanho das empresas o número de empregados, conforme segue:

- Microempresas até 9 empregados;
- Pequenas empresas de 10 até 49 empregados.

4. RESULTADOS

A tabela 1, em anexo, apresenta os dados fornecidos pelos micro e pequenos empresários da cidade de Caratinga/MG, relacionados às ferramentas de gestão financeira, revelando o nível de conhecimento, a utilização e o grau de importância atribuído a essas ferramentas.

Quanto ao conhecimento dos instrumentos financeiros, revela a pesquisa que os instrumentos financeiros mais conhecidos pelos pesquisados são: o contas a receber (59,6%), contas a pagar (60,6%), controle bancário (56,3%), caixa diário (55,3%), controle de estoques (52,9%). É possível constatar que os instrumentos financeiros mais simples são mais conhecidos pelos micro e pequenos empresários que atuam na cidade de Caratinga.

Em relação à utilização dos instrumentos financeiros, destacam-se, entre os mais utilizados, o contas a pagar (51,5%); o contas a receber (49,7%); controle bancário (45,9%) e o caixa diário (44,1%) (Ver anexo tabela 1).

Em respeito ao grau de importância atribuído aos instrumentos financeiros, os dados demonstram que esses instrumentos são, de modo geral, considerados importantes pelos micro e pequenos empresários. Ressalta-se ainda que alguns instrumentos financeiros obtiveram a maioria absoluta de percentagem quando considerados como muito importantes ou importantes: o balanço patrimonial 77,3%; controle bancário 52,3%; controle de estoque 61%; os indicadores de desempenho (liquidez 74,4%; endividamento 72,8%; lucratividade 64,8%; rentabilidade 67,6%); o retorno sobre o investimento 55,5%; valor agregado 63,4%; método de custeio (custeio por absorção 88,1%; custeio direto 84,5%) e o ponto de equilíbrio 56,5% (Ver anexo tabela 1).

Sobre conhecimento e utilização dos instrumentos financeiros, constatou-se que os mais conhecidos e utilizados pelas MPE's foram: o contas a receber, contas a pagar, controle bancário, caixa diário e controle de estoques (Ver anexo tabela 1).

Já quanto aos instrumentos financeiros menos conhecidos, verificou-se que a ferramenta financeira considerada menos conhecida e, por consequência, menos utilizada pelas MPE's foi: EVA (Earning Value Added) ou (Valor agregado) (Ver anexo tabela 1).

Analisando o nível de escolaridade em relação ao conhecimento dos instrumentos financeiros, destacou-se que, tanto no segmento de comércio quanto no de serviço, quanto maior a escolaridade do entrevistado, maior é o conhecimento dos instrumentos financeiros (Ver anexo tabelas 2 e 4).

Já quanto ao nível de escolaridade em relação ao grau de importância dos instrumentos financeiros, notou-se que, quanto maior o grau de escolaridade, maior o grau de importância dada pelos empresários de micro e pequenas empresas aos instrumentos financeiros. (Ver anexo tabela 3).

Os dados apresentados anteriormente permitem inferir que, apesar de os empresários de micro e pequenas empresas da cidade de Caratinga reconhecerem a importância dos instrumentos financeiros, em sua maioria eles não conhecem e nem utilizam esses



ERROR: stackunderflow
OFFENDING COMMAND: ~

STACK: